

A RIQUEZA DAS NAÇÕES E O PROGRESSO HUMANO*

Henrique Pereira Braga**

Resumo: Através da recuperação dos pressupostos da teoria de Smith quanto à origem e à finalidade da riqueza, o presente trabalho procura demonstrar a redução, efetivada por este autor, do progresso humano em geral ao progresso humano tal como ocorre no capitalismo. Não se trata, porém, de apontar uma naturalização operada tão somente pelo pensamento, e sim mostrá-la enquanto reflexo, no pensamento, da maneira naturalizada como a sociedade capitalista se apresenta.

Palavras-chave: riqueza, progresso humano, Adam Smith.

Abstract: Through recovery of assumptions of Smith's theory about the origin and finality of wealth, this paper demonstrates the reduction effected by this author, of human progress in general to human progress as it happens in capitalism. It is not, however, claim that it is a naturalization operated solely by thought, but show it as a reflection in the thought of as the naturalized capitalist society presents itself.

Key-words: wealth, human progress, Adam Smith.

Introdução

Tratar da naturalização do capitalismo – ou da forma naturalizada na qual aparece esta sociedade – é abordar a maneira como uma sociabilidade que deveio, logo, produto da história, é compreendida e se apresenta como natural; i.e., como essa sociabilidade, apesar de ser histórica, parece ter abolido a historicidade com sua instauração.¹ Para tanto, exige-se uma “chave analítica” questionadora do modo absoluto como aparecem as “categorias”² da sociedade capitalista. Para esta “chave analítica” ser capaz de realizar esta tarefa, é um imperativo estar imbuída da busca pela *gênese* dos aspectos mais elementares que conformam esta sociedade; isto é, deve-se levar a cabo uma “pesquisa genética”³ das determinações materiais mais imediatas da reprodução da vida humana no capitalismo.

É justamente este papel que cumpre a análise marxiana e, por essa razão, esta “chave analítica” é o ponto de partida para abordar a naturalização do capitalismo. Entretanto, o ponto de partida não é composto somente da “visão de mundo” com a qual se opera a investigação da naturalização desta sociabilidade. Também é constituído do material com o qual se pretende aproximar do objeto de investigação ora proposto. No caso do presente trabalho, este material é a obra **Riqueza das Nações** de Adam Smith. Por qual razão se

* O autor agradece aos comentários de Fábio Pádua dos Santos, Mestrando em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp.

** Mestrando em Economia pela Unicamp. E-mail: henri.braga@gmail.com

¹ Duayer (2010).

² Entende-se por categoria a definição marxiana do termo, a saber: “Do mesmo modo que em toda ciência histórica e social em geral é preciso ter sempre em conta, a propósito do curso das categorias econômicas, que o sujeito, nesse caso, a sociedade burguesa moderna, está dado tanto na *realidade efetiva* como no *cérebro*; que *as categorias exprimem* portanto *formas de modos de ser, de determinações de existência*”. (MARX, 1982: 18 – grifo nosso)

³ Antes de qualquer confusão com a biologia, deve-se salientar que se trata da expressão utilizada por Lukács (1969, p. 13) para se referir ao método marxiano.

escolheu como meio de abordar o tema da naturalização do capitalismo o exame de uma obra escrita no bojo da consolidação desse modo de produção? Pelo menos dois aspectos desta obra de Smith permitem responder essa questão.

Em primeiro lugar, trata-se de uma obra que foi capaz de capturar momentos fundamentais da realidade em que estava inserida; do contrário, não se teria firmado enquanto um clássico da literatura econômica.⁴ Uma realidade na qual se operava a transição da sociabilidade fundada na dominação pessoal – cuja mediação entre os sujeitos era definida pelas relações pessoais – para a sociabilidade fundada na dominação *coisal* – as mediações entre os sujeitos ocorrem por meio das coisas, sejam produtos de seu trabalho sejam os materiais para acessar tais produtos (dinheiro).⁵ Realidade, em outras palavras, em que o acúmulo de “coisas” ou *riqueza* tomava o lugar dos títulos de fidalguia, do prestígio, da servidão enquanto a maneira pela qual as *carências* e as *necessidades* humanas poderiam ser satisfeitas e tornadas mais complexas.⁶

Em segundo lugar, justamente por ser uma obra inserida no bojo da consolidação do capitalismo, o autor trava uma luta teórica constante com as reflexões econômicas que, assim como suas reflexões, observavam na elevação da riqueza a maneira pela qual as *carências* e as *necessidades* humanas poderiam vir a ser satisfeitas em escala crescente.⁷ Tratava-se de uma luta teórica em torno da compreensão da riqueza, da sua origem e da sua finalidade, cujo objetivo maior era, através da compreensão do funcionamento da estrutura socioeconômica vigente à época, apontar as possibilidades de mudança que efetivem a crescente capacidade de satisfação de carências e necessidades humanas. Em poucas palavras, buscava-se promover o *progresso humano*.

Se a **Riqueza das Nações** é interpretada da perspectiva de uma obra que teve a capacidade de capturar aspectos fundamentais do que viria a ser a sociedade capitalista ao versar sobre a riqueza dessa sociedade em formação, conjectura-se a existência da **relação** entre os pressupostos de Smith quanto à origem e à finalidade da riqueza e a defesa do

⁴ Para o exame da relação entre realidade e literatura ver Lukács (1969, p. 184-5).

⁵ Para uma definição mais elaborada da diferença entre as duas formas de dominação ver Marx (1971, p. 83-86). Um exame exaustivo da dominação coisal é conduzido por Postone (2006).

⁶ A distinção entre “carência” e “necessidade” é fundamental para demarcar que a solução das “carências” nada mais é do que satisfazer as condições materiais inexoráveis à existência biológica do ser humano. Uma vez satisfeitas as carências, é possível ao ser humano pôr necessidades. Mais sofisticadas do que as carências, as necessidades são realizáveis, cabe reforçar, somente porque as carências foram solucionadas. Esta diferenciação é conduzida por Marx (2004) nos *Manuscritos Econômicos Filosóficos*, conforme lembra Ranieri (2004, p. 16-17) na apresentação da edição aqui utilizada.

⁷ Sobre as teorias econômicas alinhavadas no período de final do século XV até meados do século XVIII, tem-se acesso a uma enorme bibliografia, entretanto, indicam-se três referências nas quais o presente trabalho apoiou-se: Marx (1980), Rubin (1989) e Schumpeter (1964).

progresso humano engendrado pela sociedade capitalista enquanto a forma de progresso inerente ao homem. Demonstrada a relação conjecturada, será possível inferir até que ponto a teoria de Smith sobre a riqueza interditou qualquer tentativa de questionar a produção capitalista enquanto a única forma de produção habilitada a atender crescentemente carências e necessidades humanas.

O exame da existência da relação acima exposta, não procura imputar à reflexão teórica a capacidade de naturalizar as relações sociais que investiga. Ao contrário, pretende-se apontar que a reflexão teórica examinada expressou a maneira natural pela qual se apresentaram as transformações socioeconômicas da época, de modo que, ao proceder desta maneira, a pensamento de Smith apresentou como “natural” uma forma de progredir específica da sociedade em consolidação, por ele chamada de sociedade comercial e posteriormente conhecida por capitalismo.

Antes, contudo, de adentrar ao exame da obra de Smith, deve-se salientar dois objetivos que fogem ao escopo do presente trabalho. Não é pretensão de este trabalho discorrer sobre as transformações da estrutura socioeconômica sofridas à época, porém, é pertinente lembrar a existência delas e apontar para a função de condicionantes, exercido por elas, do pensamento do autor a ser exposto.⁸ Reconhece-se a existência de uma enorme literatura sobre Smith e suas obras, produzida principalmente a partir do bicentenário de lançamento da **Riqueza das Nações** (1976); porém, diante do objetivo proposto no presente trabalho, objetivou-se concentrar esforços na leitura e sistematização do pensamento de Smith a partir da obra do próprio autor, deixando as inúmeras abordagens surgidas a partir da referida data para um estudo posterior.⁹

A fim de efetuar a referida proposta de estudo do pensamento de Smith, a seguir será realizada a recuperação dos argumentos apresentados na obra **Riqueza das Nações**, priorizando os momentos fundamentais da obra nos quais são possíveis tecer argumentos para a resposta à problemática que norteia o presente trabalho. Para tanto, dividiu-se o trabalho em três seções. Na primeira seção é realizada a exposição do conjunto da obra do autor,

⁸ O que se pretende chamar a atenção é para o papel do pensamento enquanto momento necessário da ação, logo, condicionante dela; porém, não se trata de um condicionante isolado, pois a efetividade da ação dependerá das condições reais – que podem escapar ao pensamento – em que é executada. Em outras palavras, tanto o pensamento quanto a ação são *condicionados* pelas estruturas sociais pré-existentes. Neste particular, cabe lembrar a seguinte passagem de Marx (2008, p. 207): “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas nas circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas pelo passado”.

⁹ A título de introdução à temática das novas abordagens da teoria de Smith, pode-se recorrer ao estudo de Cerqueira (2005), Kennedy (2005), Montes & Schliesse (2006), Haakonssen (2006). Também podem ser consultados diversos estudos sobre a teoria de Smith nos sete volumes de artigos sobre a teoria do autor organizados por Wood (1984-1994).

sinalizando, por um lado, os pontos nos quais se debruçará o presente trabalho e, por outro lado, de que forma a cadeia argumentativa do autor estrutura uma “visão de mundo”. Na segunda seção, expõem-se os pontos da teoria smithana que requerem maior atenção para a compreensão da conexão, que se pretende mostrar por meio da exposição destes pontos, entre riqueza e progresso humano. Na última seção, por fim, são tecidas algumas considerações críticas ao material apresentado nas seções anteriores.

I. Panorama da Riqueza das Nações

A leitura de **Riqueza das Nações** mostra, em primeiro lugar, uma característica central da filosofia iluminista¹⁰: a possibilidade de a razão ser o meio pelo qual os sujeitos acessam a realidade para inspecionar os fenômenos do mundo que os afetam e, por meio da investigação destes fenômenos, estabelecerem relações causais explicativas destes fenômenos, de modo a permitir a ação *informada* no mundo. Admite-se, portanto, a capacidade do homem esclarecer as causas que produzem determinado fenômeno, passando a ter um (certo) domínio sobre o fenômeno, de maneira a poder alterá-lo (ou aperfeiçoá-lo) para além das possibilidades dadas pelo fenômeno – aquelas concebíveis quando opera “sem” o conhecimento dos sujeitos sobre seu funcionamento. É esta característica que anima a investigação de Smith e pode ser percebida na maneira pela qual o autor estruturou os cinco livros que compõe a obra.

Os três primeiros livros são destinados à descoberta das *causas fundamentais* de um fenômeno particular: o crescimento da riqueza da Nação. Desvendada as causas e seus encadeamentos, Smith dedica o livro quarto ao exame crítico das demais explicações sobre as causas deste fenômeno, o que denominou de “sistemas de economia política”¹¹. Evidentemente, o autor apóia sua crítica nas relações causais construídas nos três livros anteriores com o claro objetivo de propor uma forma de ação (ou domínio do fenômeno) diferenciada dos sistemas criticados. Ação esta “orientada” pelo Estado, alvo de investigação no quinto, e último, livro da obra. As funções do Estado são definidas não somente de acordo com as causas do fenômeno particular encontradas pelo autor, mas também em crítica às práticas de Estado sugeridas pelos demais sistemas de economia política, transformando o Estado no “meio” pelo qual o fenômeno é aperfeiçoado¹².

¹⁰ Para uma recuperação das características centrais do iluminismo, recomenda-se a obra de Cassier (1994), porém, para obter uma relação entre tais características e o pensamento escocês, ver: Broadie (2003) e Cerqueira (2006).

¹¹ Smith (1988(b), p. 43).

¹² É importante salientar que, no lugar de uma intervenção arbitrária do Estado, Smith prega uma “intervenção” estatal baseada nos princípios fundamentais, por ele descobertos, da expansão da riqueza. Em particular, o Estado deve fomentar a “livre” iniciativa através de suas leis, tributos, etc. Para mais sobre esta temática, ver Smith (1988(c)).

Conforme acima afirmado, os três primeiros livros da obra formulam as bases gerais da teoria sobre a “natureza e as causas da riqueza das nações”. A estrutura do primeiro livro é indicativa da centralidade do *trabalho* enquanto causa da riqueza da Nação. Em particular, o *trabalho* é compreendido como primeira fonte da riqueza e, através do seu aperfeiçoamento – via *divisão do trabalho*¹³ –, é que se chega às duas outras fontes da riqueza: o acúmulo de patrimônio (“capital”¹⁴) e a propriedade da terra.¹⁵ No segundo livro, o autor continua o exame do *trabalho* enquanto fonte de riqueza a fim de determinar quais os tipos de *trabalho* são produtivos ou improdutivos sob o ponto de vista da geração de riqueza; porém, o autor indica a crescente importância da acumulação de terra e de “capital” para a contínua elevação do emprego de trabalho produtivo, de modo que estas duas fontes de riqueza passam a predominar sobre o *trabalho* na produção de riqueza.¹⁶ Por fim, no terceiro livro, o autor expõe qual a relação entre o campo e a cidade, tendo em vista a apresentação da maneira mais adequada de acumular riqueza, ou seja, de empregar o *trabalho*, o “capital” e a terra. Durante esta exposição, Smith procura atacar à estrutura socioeconômica feudal ao mostrar que, o embargo à troca durante o predomínio desta estrutura socioeconômica, impediu a aplicação correta do “capital” e, por conseguinte, interditou o desenvolvimento da relação entre o campo e a cidade mais favorável à expansão da riqueza.

Observa-se, através do encadeamento acima exposto dos três primeiros livros, a transformação sofrida pela fonte da riqueza em direção à acumulação *privada* de propriedade¹⁷ – seja da terra seja do “capital” – de maneira que, o maior desenvolvimento socioeconômico, imputa ao acúmulo *privado* de propriedade da terra e do “capital” maior destaque na geração de riqueza. A terra e o “capital” são, enquanto materiais, fontes de riqueza justamente porque são materiais sobre os quais o trabalho é realizado; porém, ser a acumulação *privada* desses materiais uma parcela crescente da fonte de riqueza se deve a

¹³ Durante todo o livro, Smith utiliza a expressão “divisão do trabalho” ao abordar o fenômeno de parcelamento e especialização da produção. A ausência da palavra “social” não é fortuita. Os determinantes (ou o determinante último) para a existência da “divisão do trabalho” é, como será visto adiante, tão somente “natural”.

¹⁴ Sublinha-se a palavra “capital” porque definir, tal como realiza Smith (1988(a), p. 49), “capital” somente como acúmulo de patrimônio *per se* é, para dizer com Marx (1982, p. 5) apagar a característica particular, definidora, por assim dizer, do capital: “Não há produção possível sem trabalho passado, acumulado; seja esse trabalho a habilidade que o exercício repetido desenvolveu e fixou na mão do selvagem. Entre outras coisas, o capital é também um instrumento de produção, é também trabalho passado e objetivado. Logo, *o capital é uma relação natural, universal e eterna. Mas o é com a condição de deixar de lado precisamente o que é específico, o que transforma o ‘instrumento de produção’ ‘trabalho acumulado’ em capital*”.

¹⁵ (SMITH, 1988(a), p. 49-51).

¹⁶ “Os *capitais* são aumentados pela parcimônia e diminuídos pelo esbanjamento e pela má administração”. (SMITH, 1988(a), p. 257)

¹⁷ “No momento em que o patrimônio ou capital se acumulou nas mãos de *pessoas particulares*, algumas delas naturalmente empregarão esse capital para contratar pessoas laboriosas, fornecendo-lhes matérias primas e subsistência a fim de auferir lucro com a venda do trabalho dessas pessoas ou com aquilo que este trabalho acrescenta ao valor desses materiais”. (SMITH, 1988(a), p. 49 – grifo nosso)

capacidade – dada pela crescente acumulação individual desses materiais – de pôr o *trabalho* de maneira adequada à ampliação da produção da riqueza. A acumulação *privada* de terra e de “capital” é fonte da riqueza, em outras palavras, porque possui a capacidade de *comandar trabalho* e, ao reunir as condições para a operação do trabalho, gera produtos do trabalho em escala crescente – maior quantidade global de trabalho.¹⁸ O *trabalho*, por essa razão, relaciona-se de maneira dependente com a acumulação de terra e de “capital”. Apesar da crescente subordinação do *trabalho* à acumulação de terra e de “capital”, Smith recorda a permanência do *trabalho* enquanto medida da riqueza.¹⁹ Em termos smithianos, os produtos do trabalho destinados à troca (riqueza) têm seus “preços reais” (“valor de troca”) constituídos por estas três fontes – *trabalho*, terra e “capital” –, porém, a medida do “preço real”, em última instância, é o trabalho.²⁰

Encontra-se, na observação acima, um ponto fundamental para esclarecer a pergunta que anima o presente trabalho. A crescente geração de riqueza está associada à subordinação do *trabalho* à acumulação de terra e de “capital”, porém, antes de se pensar em entidades abstratas, terra e “capital” são meios concretos de produção que, no estágio de desenvolvimento social analisado por Smith, são detidos e acumulados por particulares.²¹ A

¹⁸ Apesar da nota acima recorrer a uma citação de Smith na qual o autor define a acumulação enquanto acumulação privada, ao longo do livro o termo não é utilizado pelo autor. Pode-se pensar, na linha do argumento a ser desenvolvido, tratar-se da redução da acumulação a uma forma particular dela: a acumulação privada. O que permitiria ao autor abdicar do adjetivo.

¹⁹ É de conhecimento geral a primazia de Smith, destacada por Marx (1982, p. 16), na defesa do trabalho em geral enquanto à atividade criadora de riqueza (aquela que põe a riqueza ou exterioriza-a), sendo assim, “o valor de troca dessa riqueza (...) é exatamente igual à quantidade de trabalho que essa riqueza lhes dá [aos produtores] condições de comprar ou comandar”. (SMITH, 1988(a), p. 36) Ao analisar esta definição, Marx expõe a existência de, pelo menos, dois determinantes do “valor de troca” da mercadoria. Para Smith, o “valor de troca” da mercadoria é definido tanto pela quantidade de trabalho necessário para produzi-la quanto pela quantidade de trabalho vivo que a mercadoria é capaz de comprar – ou seja, o próprio “valor de troca” do trabalho é compreendido enquanto medida da mercadoria. Essa dupla determinação do “valor de troca” da mercadoria, para dizer com Marx, não é resultado de um erro teórico e sim resultado de algo mais profundo. Caso se imagine que o trabalhador detém o produto de seu trabalho, quando ocorre a troca, o produto do trabalho dele é trocado por um produto do trabalho que contém o mesmo tempo de trabalho – sendo apenas um valor de uso diferente. Neste caso, o valor do produto é igual ao valor do trabalho. Entretanto, este exemplo é marginal em uma economia capitalista, na qual o trabalhador não detém o produto do trabalho, de modo que dada quantidade de trabalho vivo não representa a mesma quantidade de trabalho materializado na mercadoria. Em verdade, a quantidade de trabalho materializado na mercadoria é maior do que a quantidade de trabalho vivo na própria mercadoria. O que resulta na mercadoria ser capaz de “comandar” mais trabalho vivo do que aquele materializado nela. A quantidade de trabalho contida na mercadoria, conseqüentemente, não é igual ao valor do trabalho, como no caso do trabalhador ser o detentor do produto de seu trabalho. Dois aspectos, por conseguinte, são evidenciados: 1) o trabalho não é a única fonte da riqueza apesar de ser a medida da riqueza e 2) o valor do trabalho não constitui a medida da riqueza, apenas seu quantum. (MARX, 1980, p. 47-51)

²⁰ A passagem a seguir esclarece a afirmação: “o valor real dos diversos componentes do preço é medido pela quantidade de trabalho que cada um deles pode comprar ou comandar. O trabalho mede o valor não somente daquela parte do preço que se desdobra em trabalho efetivo, mas também daquela representada pela renda da terra, e daquela que se desdobra no lucro devido ao empresário”. (SMITH, 1988(a), p. 51)

²¹ Smith reconhece, e inclusive, afirma a propriedade privada como um estágio importante para o crescimento da riqueza. (IBID, p. 49)

exigência para uma produção crescente de riqueza, seguindo a argumentação do autor acima exposta, é um modo de organização social no qual a forma predominante de propriedade dos meios de trabalho e de seu produto seja a propriedade privada. Existe, contudo, na argumentação do autor, uma causa anterior que justifica (e origina) a propriedade privada (e sua acumulação) enquanto determinante do crescimento da riqueza. Trata-se da *divisão do trabalho*.

É o isolamento do produtor, com vistas à ampliação da produção através da crescente especialização, o mecanismo pelo qual a propriedade privada vem a ser uma necessidade da estrutura socioeconômica geradora de crescente riqueza. De um lado, porque a garantia de reconhecer a propriedade do produto do trabalho do produtor privado trás consigo o direito dele de determinar o destino de seu produto. Distinguem-se, desta maneira, os diversos produtores de acordo com os produtos do trabalho que conduzem à troca e, por terem o direito de definir o destino do produto, podem alienar-se destes produtos a fim de acessar outros produtos do trabalho. A propriedade privada dos produtos do trabalho, por conseguinte, viabiliza a troca.

O acesso aos demais produtos do trabalho através da troca, por outro lado, atende a condição necessária à especialização. Somente porque o produtor pode abdicar de seu próprio trabalho para satisfazer suas carências e necessidades, o produtor está habilitado a dedicar todo o seu tempo de trabalho a um único trabalho. O produtor pode, assim, recorrer à riqueza gerada (acumulada) para se manter na condição de produtor. A efetivação dessa possibilidade significa, em uma expressão, a especialização.²²

Nota-se, em Smith, um ciclo argumentativo, no qual a existência da divisão do trabalho pressupõe um produtor isolado produzindo privadamente com destino à troca. A propriedade privada – nesta argumentação – dos produtos do trabalho²³ tem o papel

²² “Uma vez plenamente estabelecida a divisão do trabalho, é muito reduzida a parcela de necessidades humanas que pode ser atendida pela produção individual do próprio trabalhador. A grande maioria de suas necessidades, ele a satisfaz permutando aquela parcela do produto de seu trabalho que ultrapassa o seu próprio consumo, por aquelas parcelas da produção alheia de que tiver necessidade. Assim sendo, todo homem subsiste por meio da troca, tornando-se de certo modo comerciante; e assim é que a própria sociedade se transforma naquilo que adequadamente se denomina sociedade comercial”. (SMITH, 1988(a), p. 31)

²³ Quando o trabalho deixa de ser, seguindo a argumentação de Smith, a fonte determinante da riqueza, passando a terra e o “capital” (acumulados privadamente) a exercerem o papel central de fonte da riqueza, a propriedade dos meios de produção é a condição primordial para a efetivação da divisão do trabalho. Por que a maior complexidade assumida pela estrutura social, diante desta transformação na fonte da riqueza, engendra novas carências e necessidades de produção, de modo a impor uma produção sempre em escala maior e mais fragmentada. Para acompanhar estas exigências, devem-se descobrir novos métodos de produção, novas máquinas, novos materiais, realizar melhorias nas construções, nos meios de transporte, etc, que implica, por fim, a maior concentração da propriedade, sem a qual não se faz possível a realização destas descobertas, pois é necessário patrimônio ou “capitais” para *comandar* o trabalho necessário às descobertas. Até porque, a própria descoberta torna-se um novo ramo de trabalho, nas palavras de Smith: “Com o progresso da sociedade, a

fundamental de garantir o fechamento do ciclo argumentativo do autor porque é através da propriedade que o produtor garante o direito de alienar o resultado de sua produção, bem como pode acumular o resultado da produção dos demais.

Destaca-se, por de trás deste ciclo argumentativo, outro aspecto da teoria de Smith: a concepção de “ser social”²⁴ advogada por ele. O produtor isolado, cujo destino é produzir para trocar, é o modelo de ser social em que está baseada a argumentação do autor. Modelo este que, convém indicar, pertence a determinadas condições históricas particulares. Momento histórico no qual a *divisão do trabalho*, a *troca* e a *propriedade privada* são postos socialmente e se articulam no interior da sociedade de tal maneira que parece **natural** aos sujeitos produzir – de forma crescentemente fragmentada, subordinada e isolada – com destino à troca;²⁵ pois, como acima referido, é na troca que os sujeitos acessam os demais produtos do trabalho - satisfazem carências e necessidades.

Se a propriedade privada (e seu acúmulo), como denota o encadeamento do argumento de Smith, origina-se da divisão do trabalho e constitui um dos pressupostos para o crescimento da riqueza; esclarecer qual a origem da divisão do trabalho segundo a argumentação do autor é importante para a compreensão da causa fundamental que, em sua teoria, origina a riqueza e a faz crescer. Até porque, conforme indicado acima, na argumentação de Smith a divisão do trabalho não opera de maneira isolada na promoção do crescimento da riqueza. A concepção de ser social do autor, na qual os sujeitos são indivíduos isolados produzindo para trocar, está entrelaçada com a divisão do trabalho, formando, com ela,

filosofia ou pesquisa torna-se, como qualquer ofício, a ocupação principal ou exclusiva de uma categoria específica de pessoas. Como qualquer outro ofício, também esse está subdividido em grande número de setores ou áreas diferentes, cada uma das quais oferece trabalho a uma categoria especial de filósofos; e essa subdivisão do trabalho filosófico, da mesma forma como em qualquer outra ocupação, melhora e aperfeiçoa a destreza e proporciona economia de tempo. Cada indivíduo torna-se mais hábil em seu setor específico, o volume de trabalho produzido é maior, aumentando também consideravelmente o cabedal científico”. (SMITH, 1988(a), p. 21 – grifo nosso)

²⁴ O significado de “ser social” neste trabalho é aquela levada a cabo por Marx (1983, p. 149-50), a saber, o ser social é o ser cujo agir é definido pela posição de finalidade ou pelo papel da consciência na definição do seu agir. Além disso, é um ser que existe somente em sociedade (MARX, 1982, p. 4). Para não fugir do escopo deste trabalho e por falta de espaço, não serão apresentados os argumentos para esta definição, porém, para uma discussão marxiana da categoria “ser social”, ver Lukács (1979(b), 2004 e 2007).

²⁵ “O caçador e pescador, individuais e isolados, de que partem Smith e Ricardo, pertencem às pobres ficções das robinsonadas do século XVIII. Estas não expressam, de modo algum – como se afigura aos historiadores da Civilização –, uma simples reação contra os excessos de requinte e um retorno mal compreendido a uma vida natural (...) Essa é a aparência, aparência puramente estética, das pequenas e grandes robinsonadas. Trata-se, ao contrário, de uma antecipação da “sociedade”, que se preparava desde o século XVI, e no século XVIII deu larguíssimos passos em direção à sua maturidade. Nessa sociedade da livre concorrência, *o indivíduo aparece desprendido dos laços naturais que, em épocas remotas, fizeram dele um acessório de um conglomerado humano limitado e determinado*. Os profetas do século XVIII, sobre cujos ombros se apóiam inteiramente Smith e Ricardo, imaginam *esse indivíduo do século XVIII* – produto, por um lado, da decomposição das formas feudais de sociedade e, por outro, das novas forças de produção que se desenvolvem a partir do século XVI – *como um ideal, que teria existido no passado. Vêem-no não como um resultado histórico, mas como ponto de partida da História*”. (MARX, 1982, p. 3 – grifo nosso)

a defesa da acumulação privada de propriedade enquanto a forma necessária do impulso à riqueza.

A seguir, serão recuperados os argumentos de Smith com respeito à divisão do trabalho e esta caracterização do ser social. Mediante esta recuperação, pretende-se reconstruir o fundamento da teoria de Smith quanto à origem e à finalidade da riqueza. Explicitado este ponto, será posto em tela a ligação entre a concepção de riqueza do autor e o progresso humano que ela engendra.

II. Divisão do Trabalho e Ser Social

A investigação de Smith sobre as causas fundamentais da riqueza das Nações é iniciada pela procura dos princípios fundadores da expansão das *forças produtivas do trabalho*. Ora, se a exposição quanto à origem da riqueza inicia pelo entendimento daquilo que amplia o trabalho ou a capacidade de despender trabalho, é um truísmo inferir que, para o autor, a riqueza está fundada no trabalho.

A primeira forma de ampliação do dispêndio de trabalho da qual tratará Smith é o aumento da destreza e habilidade do trabalhador por meio da especialização na produção de determinada mercadoria, segundo o autor:

O maior aprimoramento das forças produtivas do trabalho, e a maior parte da habilidade, destreza e bom senso com os quais o trabalho é em toda parte dirigido ou executado, parecem ter sido resultados da divisão do trabalho. (SMITH, 1988(a), p. 17)

Qual a razão para a divisão do trabalho ampliar a quantidade de trabalho de maneira tão profícua? Novamente, o autor é explícito na resposta à pergunta:

Esse grande aumento da quantidade de trabalho que, em conseqüência da divisão do trabalho, o mesmo número de pessoas é capaz de realizar, é devido a *três circunstâncias distintas*: em primeiro lugar, devido à *maior destreza existente em cada trabalhador*; em segundo, à *poupança daquele tempo que, geralmente, seria costume perder ao passar de um tipo de trabalho para outro*; finalmente, à *invenção de um grande número de máquinas que facilitam e abreviam o trabalho*, possibilitando a uma única pessoa fazer o trabalho que, de outra forma, teria que ser feito por muitas. (IBID, p. 19 – grifo nosso)

A divisão do trabalho, de acordo com a passagem acima, promove uma modificação naquele que executa o trabalho: amplia a destreza do trabalhador. Paralelamente, a divisão do trabalho transforma o processo produtivo tanto porque reduz o tempo gasto em diferentes trabalhos necessários à produção de dada mercadoria quanto por causa do estímulo à adoção de máquinas capazes de abreviar o trabalho. Esse último item está relacionado com a maior destreza do trabalhador, mas também com as novas ferramentas exigidas pela especialização e a própria especialização de alguns trabalhadores na produção de máquinas – ou mesmo na

invenção de novas máquinas.²⁶ A abreviação do trabalho necessário a consecução de determinado produto significa maior tempo de trabalho disponível para a produção de maior quantidade deste produto. A quantidade global de trabalho, portanto, amplia. Até porque, menos tempo de trabalho desperdiçado durante o processo produtivo implica a materialização em produtos do que antes era perdido no desenrolar da produção.

Existe, todavia, um requisito sem o qual o efeito da divisão do trabalho – transformar o processo produtivo e aquele que o põe em movimento na direção de aumento da quantidade global de trabalho – é anulado. Exige-se algum grau de *articulação da produção*, seja no interior de dado processo produtivo seja entre os processos produtivos.

Sob o ponto de vista de um processo produtivo qualquer, a divisão do trabalho requer a articulação da produção porque, ao parcelar e, assim, provocar a maior dedicação do trabalhador a um único momento do processo de trabalho, amplia a quantidade de trabalho despendida por ele – expressa na maior quantidade de **componentes** dos produtos do trabalho. Ao aumentar a quantidade de trabalho despendida pelo trabalhador, a divisão do trabalho no interior de um processo produtivo acaba por aumentar a quantidade **global** de trabalho – novamente, expressa na maior quantidade de produtos do trabalho. Evidentemente, para que a quantidade de trabalho despendida em cada parte do produto se traduza em maior quantidade global de trabalho, implicando, por fim, maior quantidade de produtos; algum grau de ordenação do processo de trabalho é exigido.²⁷ Observa-se, nesta análise simples do processo de trabalho imposto pela divisão do trabalho, a necessidade da operação de algo capaz de unir os resultados isolados da produção: a *cooperação* entre os produtores.

²⁶ Conforme indicado em nota anterior, Smith (1988(a): 21) atenta para a tendência de, com a elevação da divisão do trabalho, aquele que realiza o trabalho não ser mais o mesmo que inventa a máquina (ou ferramenta) pela qual se realiza o trabalho.

²⁷ Também é patente a exigência de algum grau de concentração dos “capitais” para ser possível reunir os trabalhadores em um processo de produção parcelado. Rubin (1989, p. 24) relata que as condições histórico-concretas para a existência da divisão do trabalho estão na modificação do papel do mercador, que deixou de ser um simples comprador de mercadorias para ser o fornecedor de matérias primas, fixador de quantidades e o único comprador: “At first He [mercador] purchased individual batches of commodities from the craftsman as the occasion arose; later he bought up everything the craftsman produced. With the passage of time he began to give the craftsman a money advanced; and in the end he came to provide the raw materials at his own expense (...) farming then out to individual craftsmen (...) who were then paid a remuneration for their labour. From this moment the independent craftsman was turned into a dependent handicraft worker, and the merchant into a buyer up-putter out”. Nesta passagem, Rubin registra a maneira pela qual o artesão passa a ser um produtor privado, remunerado por peça produzida, cujos meios de produção e o produto de seu trabalho não lhe pertencem; são propriedades do mercador que adiantou ao artesão os objetos de trabalho e pagou pelo seu trabalho em troca do produto finalizado. É o começo, portanto, da divisão do trabalho porque *articula a produção* de diversos produtores isolados. Ainda não é o momento em que os produtores isolados são isolados no interior de uma unidade manufatureira – diga-se de passagem, modelo utilizado por Smith para analisar a divisão do trabalho –, mas sim um momento anterior – *genético*, para dizer com Lukács (1969).

É a cooperação entre estes produtores, isolados no interior do processo produtivo, que permite a produção em escala ampliada. Quando se atenta para cada um dos diversos processos produtivos, cujo interior são tomados pela divisão do trabalho, nota-se uma relação análoga entre eles; pois, a especialização também ocorre entre os processos produtivos, de modo a gerar um conjunto de atividades interconectadas (i.e., dependentes entre si), exigentes de novas especializações e parcelamentos – no interior e no exterior – do processo de trabalho. Trata-se, em última instância, da articulação de diversos **produtores produzindo isoladamente**, seja no interior de um processo produtivo seja enquanto processos produtivos isolados, conforme destaca Smith na passagem a seguir:

Se examinarmos todas essas coisas [produtos do trabalho] e considerarmos a grande variedade de trabalhos empregados em cada uma dessas utilidades, perceberemos que sem a ajuda e *cooperação* de muitos milhares não seria possível prover às necessidades, nem mesmo de uma pessoa de classe mais baixa de um país civilizado, por mais que imaginemos — erroneamente — é muito pouco e muito simples aquilo de que tais pessoas necessitam. Em comparação com o luxo extravagante dos grandes, as necessidades e pertences de um operário certamente parecem ser extremamente simples e fáceis e, no entanto, talvez seja verdade que a diferença de necessidades de um príncipe europeu e de um camponês trabalhador e frugal nem sempre é muito maior do que a diferença que existe entre as necessidades deste último e as de muitos reis da África, que são senhores absolutos das vidas e das liberdades de 10 mil selvagens nus. (IBID, p. – grifo nosso)

Na citação acima, chama atenção a comparação de Smith entre as necessidades de um camponês e de um rei africano. A ênfase é dada no aumento da força produtiva proporcionado pela divisão do trabalho e, por conseguinte, na articulação da produção provocada por ela no interior da sociedade, pois, nem mesmo um rei africano – senhor de um contingente respeitável de “selvagens” – consegue reproduzir as condições materiais do mais simples camponês. Entretanto, seguindo a argumentação de Smith, a divisão do trabalho tem efeito sobre a produção e reprodução da vida material porque atua em um tipo específico de estrutura social. Somente produtores **privados**, cuja produção é **isolada**, são capazes de sofrerem os efeitos da divisão do trabalho e, por conseguinte, *articulam a produção* – parcelam, especializam e cooperam – de modo a ampliar a riqueza para além da imaginação de um rei africano – tal qual retratado por Smith.

Qual a causa fundamental – ou o “mecanismo” – capaz de impor à divisão do trabalho a competência de atuar somente em uma estrutura social na qual, inexoravelmente, os indivíduos são isolados e produtores privados? Após expor os efeitos da divisão do trabalho na sociedade “civilizada”, Smith desvenda, por fim, a causa fundamental:

Essa divisão do trabalho, da qual derivam tantas vantagens, não é, em sua origem, o efeito de uma sabedoria humana qualquer, que preveria e visaria esta *riqueza geral* à qual dá origem. Ela é a consequência necessária, embora muito lenta e gradual, de uma certa *tendência ou propensão*

existente na natureza humana que não tem em vista essa utilidade extensa, ou seja: a propensão a intercambiar, permutar ou trocar uma coisa pela outra. (IBID, p. 24 – grifo nosso)

A ampliação dos produtos do trabalho, através do efeito da divisão do trabalho nesta estrutura social particular, tem sua origem primária em uma espécie de **dispositivo** intrínseco ao homem: a necessidade de trocar. O porquê de a troca ser uma propriedade inerente ao homem não é esclarecido por Smith, de modo que o **dispositivo** é, em verdade, um **postulado** quanto ao agir humano em geral. É pertinente destacar a passagem em que o autor procura “justificar” a propensão humana à troca enquanto propriedade natural do homem:

Não é nossa tarefa investigar aqui se essa propensão é simplesmente um dos princípios originais da natureza humana, sobre o qual nada mais restaria a dizer, ou se — como parece mais provável — é uma conseqüência necessária das faculdades de raciocinar e falar. De qualquer maneira, essa propensão encontra-se em todos os homens, não se encontrando em nenhuma outra raça de animais, que não parecem conhecer nem essa nem qualquer outra espécie de contratos. (IBID)

É através da suposição de que os homens naturalmente são propensos à troca que os indivíduos isolados produzindo privadamente são capazes de articularem a produção – põem em movimento os efeitos da divisão do trabalho – de modo a ampliar a força produtiva do trabalho e, por conseguinte, elevar a riqueza da sociedade. Esse encadeamento causal explícita, salvo melhor juízo, a origem da riqueza para Smith: a **propensão humana à troca**.

“Desvendada” a origem da riqueza para Smith, um dos pilares fundamentais para responder à pergunta que norteia o presente trabalho está lançado, porém, ainda resta pôr em evidência outro pilar fundamental: a finalidade da riqueza. Se ampliar a força produtiva do trabalho implica o aumento da riqueza, constitui uma tautologia a afirmação de que a riqueza são produtos do trabalho. Entendida desta forma, a riqueza seria tanto a produção para subsistência quanto a produção para a troca; porém, a ampliação das carências e necessidades a serem satisfeitas, bem como da quantidade de indivíduos satisfeitos, requer o melhor uso das habilidades de cada indivíduo.

Conforme indicado acima, é a divisão do trabalho que permite a dedicação do indivíduo às suas habilidades, promovendo-as e, por consequência, ampliando a efetividade prática delas. Também se afirmou a necessidade de um mínimo de *articulação da produção* para que os produtores isolados em suas respectivas especializações possam cooperar entre si, permitindo à divisão do trabalho se traduzir em elevação das forças produtivas do trabalho. Para ocorrer o isolamento do produtor em sua respectiva especialização, contudo, não basta a

possibilidade de troca dos resultados do trabalho. Para Smith, também é necessária a *acumulação privada de propriedade*.²⁸

Quando os produtores produzem de maneira isolada e privada, é pela dedicação a um único produto (ou a um único momento de um processo produtivo) que eles são habilitados a ampliar sua produção. A maior dedicação de cada produtor a um determinado produto (ou etapa do processo produtivo) implica a redução tanto do tempo de trabalho disponível dele para a produção dos produtos para atender suas carências e necessidades; quanto do tempo disponível para a produção dos materiais necessários ao próprio processo produtivo. Em poucas palavras, a especialização exige à redução do tempo de trabalho dedicado à produção da subsistência do produtor. Consequentemente, o meio para satisfazer tanto as carências e as necessidades de cada produtor (isolado e privado) quanto às exigências para a execução do processo produtivo é a troca dos resultados de seus trabalhos. A troca, em última instância, **se revela a única possibilidade** para o indivíduo acessar os produtos do trabalho dos demais, sendo que o acesso a esses produtos ocorre somente quando o produtor dispõe do resultado de sua produção. Até dispor deste resultado, cabe ao produtor manter-se na qualidade de produtor – ou seja, garantir sua subsistência. A maneira pela qual o produtor consegue efetuar sua manutenção é pelo acúmulo privado de propriedade, conforme indica Smith na passagem a seguir:

uma vez implantada plenamente a divisão do trabalho, o produto do trabalho de uma pessoa só consegue atender a uma parcela muito pequena de suas necessidades. A maior parte delas é atendida com o produto do trabalho de outros, que a pessoa compra com o produto de seu próprio trabalho (...) Ora, isto não pode ser feito enquanto a pessoa não terminar seu próprio trabalho, e também enquanto não o tiver vendido. Portanto, antes de a pessoa executar seu trabalho e vendê-lo, é necessário acumular em algum lugar certo estoque de bens de diversos tipos, estoque este suficiente para manter o trabalhador e provê-lo dos materiais e instrumentos necessários para seu trabalho (...) Assim como a acumulação de capital, por sua natureza, deve ser anterior à divisão do trabalho, da mesma forma o trabalho pode ser cada vez mais subdividido, somente na proporção em que o estoque for previamente cada vez mais acumulado (...) na medida em que progride a divisão do trabalho, para se poder dar emprego constante a um número igual de trabalhadores é preciso acumular previamente um estoque igual de mantimentos e um estoque maior de materiais e instrumentos do que o que teria sido necessário em uma sociedade em estágio primitivo (...) Assim como a acumulação prévia de capital é necessária para se efetuar esse grande aprimoramento das forças produtivas do trabalho, da mesma forma ela conduz naturalmente a esse aprimoramento. (SMITH, 1988, p. 211-2)

De acordo com a passagem acima, o acúmulo de patrimônio (ou a posse de meios de produção) é condição necessária para o produtor ser capaz de se especializar em dado produto (ou processo produtivo, ou ainda promover a especialização de outros produtores).

²⁸ Conforme a passagem de Smith (1988, p. 49) citada na primeira parte do presente trabalho, o autor define a acumulação enquanto acumulação privada, porém, o adjetivo “privada” não é utilizado ao longo do livro.

Acertadamente, Smith identifica na posse crescente de meios de produção uma condição necessária para a existência da especialização; porém, não se trata de qualquer posse de meios de produção, mas sim da acumulação privada de “capitais”. A acumulação privada dos meios de produção é a maneira pela qual o produtor consegue pôr em movimento o processo produtivo.

A acumulação de “capital” da qual trata Smith, em verdade, não se refere somente aos meios necessários à produção. Trata-se dos produtos do trabalho capazes de satisfazer as carências e as necessidades dos produtores. Parte daquilo que Smith denomina de “capital” são também os produtos do trabalho para consumo (ou usufruto) do produtor. De outra maneira, a parte do “capital” destinada aos materiais, às ferramentas, às máquinas; enfim, aos *meios de produção* (“*capital fixo*”), bem como a parte destinada à *manutenção* destes meios de produção e à *realização* da produção (“*capital circulante*”), são acumulados para gerar, em escala crescente, os produtos do trabalho para a satisfação das carências e das necessidades dos produtores (“*consumo imediato*”).²⁹ Cabe destacar a passagem em que o autor expõe a finalidade última da *acumulação* de “capital”:

O único objetivo e finalidade, tanto do *capital fixo* como do *circulante*, consiste em manter e aumentar o capital que pode ser reservado para o *consumo imediato*. É esse capital que alimenta, veste e dá moradia à população. A riqueza ou pobreza da população depende do suprimento abundante ou escasso que esses dois tipos de capital têm condições de garantir ao capital reservado para o consumo imediato. (SMITH, 1988(a), p. 217 – grifo nosso)

Se a finalidade da *acumulação* de “capital” é garantir a ampliação da quantidade de produtos do trabalho disponíveis para o *consumo imediato* – i.e., disponíveis para a satisfação das carências e necessidades dos indivíduos – pode-se inferir que a finalidade do processo produtivo é ampliar as condições para a acumulação crescente de “capitais”. Sabe-se, por sua vez, que os “capitais” são os produtos do trabalho dos demais indivíduos – tanto aqueles produtos cuja finalidade é reproduzir as condições de produção quanto aqueles produtos cujo destino é a satisfação imediata das carências e das necessidades dos indivíduos – de modo que a ampliação da acumulação de “capitais” significa ampliar a quantidade de produtos do trabalho disponíveis para a satisfação (imediata ou não) das carências e necessidades dos indivíduos através da troca. Em poucas palavras, acumular “capitais” significa ampliar os produtos do trabalho destinados à troca ou, em uma expressão, a riqueza. Se ampliar a acumulação de “capital” significa ampliar a riqueza, pode-se expressar a finalidade da riqueza em poucas palavras: o ***consumo imediato***.

²⁹ Para a definição pormenorizada de “capital fixo”, “capital circulante” e “consumo imediato”, ver Smith (1988, p. 215-6).

Chega-se, assim, a resposta à questão que anima o presente trabalho. A origem da riqueza em Smith é a *propensão humana à troca* enquanto a finalidade da riqueza é o *consumo imediato* (ou a satisfação de carências e necessidades dos indivíduos). “Desvendada” a origem e a finalidade da riqueza para Smith, cabe apresentar a relação entre a concepção de riqueza do autor e sua concepção de progresso humano.

Se a satisfação de interesses de um contingente crescente de indivíduos requer a produção crescentemente dedicada à troca, a ruptura dos limites individuais à satisfação das carências e necessidades significa, de acordo com o desenvolvimento acima do pensamento de Smith, a sucessiva diminuição da produção para a subsistência acompanhada da crescente dedicação da produção destinada à troca. De indivíduos isolados que procuram satisfazer suas necessidades por si só, passa-se, neste movimento, a indivíduos dependentes da produção dos demais, ainda que sejam produtores isolados. A dependência recíproca entre os indivíduos surge, portanto, através da troca.

Por menor que seja o seu desenvolvimento, a troca é que garante a existência da sociedade porque articula os homens de maneira dependente, permitindo a existência deste ser orgânico em sociedade – “ser social”. Em outras palavras, o momento de formação do ser social é o exato momento no qual as trocas são minimamente estabelecidas; do contrário, têm-se indivíduos isolados produzindo para subsistência.³⁰ O homem ser um *trocador* de produtos do trabalho habilita-o a se organizar com outros homens, formando uma estrutura complexa de relações inimagináveis aos demais seres orgânicos.³¹ Na passagem a seguir, o autor destaca a dependência recíproca entre os sujeitos que a troca possibilita.

Cada animal, individualmente, continua obrigado a ajudar-se e defender-se sozinho, não dependendo um do outro, não auferindo vantagem alguma da variedade de talentos com a qual a natureza distinguiu seus semelhantes. Ao contrário, entre os homens, os caracteres e as habilidades mais diferentes são úteis uns aos outros; as produções diferentes e dos respectivos talentos e habilidades, *em virtude da capacidade e propensão geral ao intercâmbio, ao escambo e à troca*, são como que somados em um cabedal comum, no qual cada um pode comprar qualquer parcela da produção dos talentos dos outros, de acordo com suas necessidades. (SMITH, 1988(a), p. 26 – grifo nosso)

O grau de dependência (ou cooperação) entre os indivíduos, indicativo do nível de satisfação dos interesses, é resultado da parcela da produção dedicada à troca; porém, não é porque se trata de um atributo inerente ao ser humano que a propensão humana à troca opera plenamente, proporcionando o aumento da riqueza. Este atributo humano pode ser “contido”,

³⁰ A descrição da formação do ser social conduzida por Smith, deve-se salientar, é completamente distinta daquela realizada por Marx, na qual o presente trabalho está apoiado.

³¹ Um exemplo da complexidade assumida pelas relações entre os seres humanos é a acumulação crescente de produtos do trabalho (ou *trabalho morto*) que, não obstante, torna-se uma condição necessária à produção.

ou melhor, atrofiado de tal forma que somente as habilidades mais imediatas e necessárias são aproveitadas pelos indivíduos. Para a propensão humana à troca se exteriorizar, promovendo seus benefícios, deve-se atender a determinadas condições; por sua vez, precedentes tanto à acumulação privada de “capitais” quanto à divisão do trabalho condicionada por esta acumulação e promovida por ela.

A condição mais imediata, portanto, para que o poder transformador da troca tenha efeito é o número de sujeitos *dispostos* a produzir e em *condições* de intercambiar os resultados das suas produções.³² É a maior quantidade de produtores privados produzindo para a troca que permite o parcelamento e a especialização dos diversos trabalhos, assim como a cooperação entre eles, porque as carências e necessidades dos produtores são satisfeitas pela produção dos demais produtores. Quanto maior o mercado, maior será a quantidade de produtores cujo momento predominante de sua produção é a troca, i.e., a finalidade da produção é a satisfação de carências e necessidades (“interesses”) **externas** à produção. O limite mais imediato à propensão humana à troca é dado por uma condição externa aos próprios indivíduos porque é o quão útil a especialidade do produtor privado é para o “mercado” – soma dos indivíduos *dispostos* e em *condições* de trocar – que determinará seu acesso à ele, por conseguinte, a satisfação de suas carências e necessidades passa, em primeiro lugar, pela avaliação do mercado.³³

A diferença de riqueza entre as Nações, no pensamento de Smith, desdobra-se do limite imediato ao poder da troca imposto pela extensão do mercado, pois, será mais “rica” aquela Nação em que as trocas estão mais difundidas, o que implica a existência de inúmeros indivíduos produzindo, predominantemente, para trocar. A troca, a divisão do trabalho e a extensão do mercado formam, portanto, um encadeamento explicativo da expansão da riqueza, no qual a quantidade de *trocadores* determina a maior especialização e cooperação destes na confecção de seus produtos. O motivo é simples: somente porque obtém o acesso aos produtos do trabalho dos demais produtores privados, permitindo o produtor satisfazer – através do trabalho dos demais e não pelo próprio trabalho – tanto suas carências e

³² “Como é o poder de troca que leva à divisão do trabalho, assim a extensão dessa divisão deve sempre ser limitada pela extensão desse poder, ou, em outros termos, pela extensão do mercado. Quando o mercado é muito reduzido, ninguém pode sentir-se estimulado a dedicar-se inteiramente a uma ocupação, porque não poderá permutar toda a parcela excedente de sua produção que ultrapassa seu consumo pessoal pela parcela de produção do trabalho alheio, da qual tem necessidade”. (SMITH, 1988(a), p. 27)

³³ Se a condição mais imediata à exteriorização da propensão humana à troca é a existência de um conjunto de indivíduos *dispostos* e em *condições* de intercambiar produtos do trabalho, cabe a seguinte pergunta: o que caracteriza um indivíduo *disposto* e em *condições* de intercambiar produtos do trabalho? A resposta a esta pergunta não será objeto do presente trabalho porque conduzirá a discussão quanto ao homem smithiano que, por sua vez, exige uma incursão por outras obras do autor – notadamente, *Teoria dos Sentimentos Morais*.

necessidades imediatas quanto aquelas carência e necessidades ligadas ao processo produtivo, é que a produção pode ser inteiramente dedicada aos produtos destinados à troca; a especialização e a cooperação, por sua vez, ampliam a quantidade de trabalho e a qualidade do trabalho realizado, de maneira a garantir a expansão da produção e, por conseguinte, da acumulação de “capitais” que permite a satisfação de um conjunto crescente de interesses – ou carências e necessidades. Fecha-se, portanto, o ciclo explicativo a respeito da origem e da finalidade da riqueza para Smith. Em posse dessa explicação, o autor apoia sua análise subsequente sobre os condicionantes contingentes da expansão da riqueza.³⁴

Mais do que compor a base da teoria de Smith quanto à origem e à finalidade da riqueza, o encadeamento explicativo acima propõe, mesmo de modo indireto, uma determinada forma de progresso humano. Ao fundamentar a capacidade humana de atender crescentemente suas carências e necessidades na troca de produtos do trabalho, Smith explicita que o ser social somente surge com a troca de produtos do trabalho – ou seja, pode-se falar do homem em sociedade somente com a difusão das trocas, momento no qual o homem “abandona” a condição de indivíduo isolado e independente para assumir, mediado pelas trocas, a qualidade de indivíduo isolado dependente dos demais homens. Em outros termos, é a dedicação das atividades humanas à produção para a troca – a ampliação da riqueza – que determina o grau de avanço de um organismo social frente a outro porque o habilita à maior satisfação de carências e de necessidades dos indivíduos que o compõe.

A pedra fundamental de todo o argumento acima recuperado é o postulado da propensão humana à troca. A seguir, são esboçados argumentos sobre a naturalização de um estágio social que a adoção deste postulado provoca na teoria de Smith.

III. Propensão humana à troca e naturalização do progresso humano: um esboço crítico.

A recuperação da argumentação de Smith a respeito da origem e da finalidade da riqueza, levada à cabo nas seções anteriores, adotou por perspectiva a crítica de Marx à economia política. Imbuído desta crítica, mostrou-se a relação entre a concepção de riqueza em Smith e sua concepção de progresso humano.

Através da “visão de mundo” veiculada por Marx, chegou-se ao fundamento basilar da teoria smithiana: a propensão humana à troca. Outras perspectivas teóricas poderiam, sem grandes empecilhos, identificar este fundamento teórico de **Riqueza das Nações**; porém, questionar a validade deste postulado e, anteriormente, de uma teoria baseada em um

³⁴ Trata-se, aqui, do desenvolvimento de sua teoria ao longo do livro primeiro e dos demais volumes de sua obra.

postulado são atributos de uma perspectiva teórica na qual a “pesquisa genética” tem um papel fundador.

A gênese dos fenômenos, suas determinações mais simples e imediatas, constitui o alvo da crítica de Marx à economia política. Começar pela investigação das *relações sociais fundamentais* sem as quais um dado *modo de ser* não seria possível constitui, em poucas palavras, o núcleo fundamental da argumentação marxiana. É pela investigação das condições necessária à existência da mercadoria que o autor se habilita a formular as conexões reais inexoráveis à existência deste *modo de ser* da riqueza. O que, por sua vez, permite qualificar a riqueza de riqueza mercantil ou capitalista.³⁵

Ao começar pela investigação da mercadoria, por exemplo, Marx inicia a teorização sobre a origem a finalidade da riqueza no capitalismo pela forma elementar da riqueza nesta sociedade. Dos condicionantes gerais para a existência desta riqueza, Marx desdobra tanto a sua origem quanto a finalidade dela, a saber, respectivamente, a força de trabalho e a reprodução do *capital*. E mais, expõe a relação social autônoma e reificada surgida a partir da relação entre sujeito (produtor) e objeto (produto do trabalho), na qual o sujeito assume uma relação invertida com seu objeto.

Não figura, durante a análise do autor, nenhum postulado sobre a forma de agir do homem nesta sociedade. Ao contrário, é pela explicitação das relações sociais fundamentais – ou das relações sociais necessária para pôr em funcionamento um vínculo categorial capaz de ser denominado de capitalismo – que o autor fundamenta sua análise. Em suma, Marx tem por ponto de partida a particularidade das relações sociais que põe o modo de produção capitalista.

A perspectiva teórica de Smith, ao revés, recorre às condições gerais de produção para explicar os fundamentos das relações sociais de produção de seu tempo³⁶. Ao partir desta perspectiva, Smith eleva as relações sociais existentes no capitalismo ao patamar de relações de produção necessárias à existência de produtos do trabalho em escala ampliada; ou seja,

³⁵ Deve-se recordar que conexões reais inescapáveis não são relações determinísticas. Pelo contrário, são oriundas da relação entre complexos que são, por um lado, relações mutáveis ao longo do tempo e, por outro lado, ao se constituírem enquanto relações apresentam certa autonomia com respeito ao sujeito e ao objeto que originaram tais relações. Por uma questão de espaço, não serão desenvolvidos os argumentos em defesa da existência autônoma da realidade em relação à reflexão dos sujeitos sobre ela. Para uma exposição sintética da questão, recomenda-se Lukács (1969, p. 11-22). Argumentos mais elaborados sobre a questão podem ser consultados em Lukács (1979, p. 207-252) e Bhaskar (1998, p. 27-87).

³⁶ Conforme destaca Marx (1982, p. 5-6), são as condições gerais de produção o começo preferido das teorias econômicas do século XVIII, pois: “Trata-se antes, de representar a produção (...) diferentemente da distribuição, como regida por leis naturais, eternas, independentes da história; e nessa oportunidade insinuam-se dissimuladamente relações burguesas como leis naturais, imutáveis, da sociedade *in abstracto* (...) na distribuição, ao contrário, os homens permite-se-iam, de fato, toda classe de arbitrariedade”.

inexorável à produção e reprodução da vida material, condição inalienável para o progresso humano. Um exemplo desta elevação é a abordagem do autor à divisão do trabalho.

A existência da divisão do trabalho tem por condição uma relação de produção na qual os produtores são privados e isolados, de modo que somente na sociedade mercantil pode haver divisão do trabalho porque, apenas nestas condições sociais de produção, os indivíduos *aparecem* “isolados”³⁷ e detém a propriedade privada dos produtos de seu trabalho. É por que estão “isolados” e são produtores privados que os povos “civilizados” europeus – diferentemente dos povos “bárbaros” africanos – desenvolveram a produção ampliada de produtos do trabalho. Não se trata de negar a capacidade da produção de mercadorias com respeito à ampliação de produtos do trabalho disponíveis, mas indicar o primeiro movimento de Smith rumo à naturalização desta forma de produção. Somente por meio da produção mercantil, as carências e as necessidades humanas podem ser satisfeitas porque a divisão do trabalho tem efeito apenas em uma articulação da produção em que os indivíduos estão isolados e produzem privadamente. E por que a divisão do trabalho opera somente sob estas condições?

Ao invés de recorrer à forma de funcionamento inerente ao mundo material para explicar o porquê da divisão do trabalho ter efeito somente diante de tais condições – inerentes a uma forma de sociedade, a mercantil – Smith recorre a um postulado: a propensão do homem à troca. Aqui reside a naturalização efetiva da forma de sociedade mercantil porque, ao recorrer ao postulado, Smith utiliza uma dupla saída. De um lado, invoca uma espécie de *sujeito transcendente*³⁸ porque são as “faculdades de raciocinar e falar”³⁹ – naturais

³⁷ Cabe recordar a argumentação de Marx (1982, p. 4): “Quanto mais se recua na História, mais dependente aparece o indivíduo, e portanto, também o indivíduo produtor, e mais amplo é o conjunto a que pertence. De início, este aparece de um modo ainda muito natural, numa família e numa tribo, que é família ampliada; mais tarde, nas diversas formas de comunidade resultantes do antagonismo e da fusão das tribos. Só no século XVIII, na ‘sociedade burguesa’, as diversas formas do conjunto social passaram a apresentar-se ao indivíduo como simples meio de realizar seus fins privados, como necessidade exterior. Todavia, a época que produz este ponto de vista, o do indivíduo isolado, é precisamente aquela na qual as relações sociais (e, deste ponto de vista, gerais) alcançaram o mais alto grau de desenvolvimento. O homem é no sentido mais literal, um *zoon politikon* [ser social], não só animal social, mas animal que só pode isolar-se em sociedade. A produção do indivíduo isolado fora da sociedade – uma raridade, que pode muito bem acontecer a um homem civilizado transportado por acaso para um lugar selvagem, mas levando consigo já, dinamicamente, as forças da sociedade [Robinson Crusóe] – é uma coisa tão absurda como o desenvolvimento da linguagem sem indivíduos que vivam juntos e falem entre si”. Em poucas palavras, na sociedade mercantil os indivíduos estão aparentemente isolados, pois os indivíduos estão isolados tão somente no interior da sociedade.

³⁸ “O trabalho é constituído por posições teleológicas que, em cada caso concreto, põem em funcionamento séries causais. Basta essa simples constatação para eliminar preconceitos ontológicos milenares. Ao contrário da causalidade, que representa a lei espontânea na qual todos os movimentos de todas as formas de ser encontram sua expressão geral, a teleologia é um modo de pôr – uma posição sempre realizada por uma consciência – que, embora as guiando em determinada direção, pode movimentar apenas séries causais. As filosofias anteriores, não reconhecendo a posição teleológica como particularidade do ser social, eram obrigadas a inventar, por um lado, um sujeito transcendente, e, por outro, uma natureza especial onde as correlações atuavam de modo teleológico,

ao ser humano ou modelo de ser humano – que produz a inclinação do homem à troca. A troca é, portanto, uma propriedade oriunda das características naturais de um indivíduo. Não se reconhece que a própria faculdade de falar, à qual se refere o autor, é resultado do desenvolvimento histórico – são necessários, para haver linguagem, “indivíduos que vivam *juntos* e falem entre si”. Por outro lado, Smith, em paralelo ao *sujeito transcendente*, necessita basear sua teoria em uma *natureza especial*, em que a finalidade do agir não é posta pelo homem e sim por uma propriedade natural a ele: a troca. A troca determina a finalidade da ação humana, cuja origem reside em propriedades naturais de um homem *em geral* – transcendente, existente em todas as épocas e lugares.⁴⁰

A consequência deste movimento teórico é hipostasiar uma característica típica da produção e reprodução da vida material mercantil: a satisfação de carências e necessidades ter de passar pela troca. Somente quando as relações de dependência pessoal – nas quais os sujeitos garantem a participação na produção social por causa de atributos pessoais (ou culturais, dentre outros) – são dissolvidas é possível a articulação da produção – majoritariamente – pela troca. Os sujeitos, anteriormente reconhecidos por atributos pessoais (ou culturais, dentre outros), são, na sociedade mercantil, distinguidos apenas por aquilo que possuem para trocar (ou representa a possibilidade da troca).⁴¹ Elimina-se, ao elevar a troca à característica geral do ser humano, a possibilidade de reconhecer a existência desta “passagem” no desenvolvimento humano – da dependência pessoal para dependência pela troca. O que, por consequência, suprime a particularidade da relação social capitalista, tornando-a forma de relação social necessária (e, por isso, única) para a produção e reprodução da vida humana. Mediante a elevação da troca à característica geral do ser humano, procede-se a outra elevação. O progresso humano sob o capitalismo é alçado à *forma* de progredir própria do homem.

com a finalidade de atribuir à natureza e à sociedade tendências de desenvolvimento de tipo teleológico. Decisivo aqui é compreender que se está diante de uma duplicidade: numa sociedade tornada realmente social, a maior parte das atividades cujo conjunto põe o todo em movimento é certamente de origem teleológica, mas a existência real delas – e não importa se permaneceram isoladas ou foram inseridas num contexto – é feita de conexões causais que jamais e em nenhum sentido podem ser de caráter teleológico”. (LUKÁCS, 2007, p. 230)

³⁹ (SMITH, 1988(a), p. 24).

⁴⁰ Deve-se tomar cuidado com a afirmação acima. Não se trata de afirmar a inexistência de características gerais do homem ao longo de sua história. Pelo contrário, pretende-se reforçar que a diferença entre os diversos modos de produção não pode residir nestas características, mas sim nas particularidades constitutivas de cada um. Tais particularidades, por sua vez, imputaram ao agir humano determinada processualidade. Aqui, recorre-se à Marx (1982, p. 6) para ilustrar o argumento apresentado. Em particular, a passagem na qual o autor afirma que: “existem determinações comuns a todos os graus de produção, apreendidas pelo pensamento como gerais, mas as chamadas *condições gerais* de toda a produção não são outra coisa senão esses fatores abstratos, os quais não explicam nenhum grau histórico efetivo da produção”.

⁴¹ (MARX, 1971, p. 83-85).

O postulado da propensão humana à troca interdita, pelo duplo movimento teórico acima exposto, qualquer tentativa de pôr em cheque a produção capitalista enquanto a produção que tem por finalidade última atender carências e necessidades humanas. Talvez, e aqui reside um ponto importante para o esboço crítico efetivado acima, este seja o aspecto mais importante para a permanência da teoria de Smith enquanto campo de estudo e fundamento de diversas análises ainda em voga. É pelo desmonte deste postulado que se consegue inviabilizar a teoria smithiana, segundo a qual a única sociedade possível é a sociedade capitalista.

Claramente, o esboço crítico acima não responde algumas questões cruciais para, no plano teórico⁴², inviabilizar a teoria smithiana por meio da interdição de seu postulado:

1. Qual a particularidade da ciência social que a impede de, enquanto método de investigação de seu objeto (a sociedade), recorrer a um postulado? Subjacente a esta pergunta, deve-se ater a seguinte questão. Por que a sociedade é um ramo (relativamente) autônomo de pesquisa? Investigar a relação sujeito e objeto não seria suficiente?
2. Por que a riqueza no capitalismo vem a ser uma riqueza particular ou qual a propriedade do objeto investigado (a sociedade) que permite à *pesquisa genética* revelar a particularidade da riqueza no capitalismo?

Mais incontestável do que a inexistência de respostas a estas duas perguntas neste trabalho é a possibilidade de respondê-las nos marcos aqui proposto. Vez por outras, estes temas são tangenciados; porém, um posicionamento claro e capaz de elucidar a problemática da naturalização do capitalismo exige uma investigação mais aprofundada destas questões e, no caso da naturalização efetuada por Smith, do próprio ambiente intelectual em que viveu o autor, bem como de outros trabalhos dele.

Considerações Finais

Apesar das questões apontadas no esboço fugirem ao marco do trabalho apresentado, tanto o esboço crítico quanto as seções anteriores cobrem o tema proposto para o trabalho. Em particular, mostrou-se o encadeamento causal que, na teoria de Smith, associa sua concepção de riqueza a uma determinada concepção de progresso humano: o progresso humano ser resultado da efetivação da sociedade produtora de mercadorias.

Em particular, na teoria de Smith sobre a origem e a finalidade da riqueza, o postulado da propensão humana à troca é o fundamento para a concepção de progresso humano do

⁴² Somente a mudança social é capaz de inviabilizar, no plano prático, uma teoria que prega a sociedade do capital como única possível. (DUAYER, 2001)

autor. Por conta da inclinação do homem a troca, a divisão do trabalho tem o efeito de articular a produção dos indivíduos – isolados e produzindo privadamente – de forma parcelada, especializada e cooperada. O que amplia as forças produtivas dos indivíduos e, por conseguinte, aumenta a riqueza da sociedade – sua capacidade de atender carências e necessidades – permitindo a acumulação dela. Não somente a capacidade é elevada, a troca também efetiva a satisfação dos “interesses” de cada indivíduo ao permitir que o atendimento de suas carências e necessidades esteja liberto de seu próprio trabalho, pois os indivíduos realizam seus “interesses” através do trabalho dos demais. A única condição para tanto é produzir algo necessário aos demais. A restrição, sob o ponto de vista de Smith, para a efetivação do poder da troca é a quantidade de indivíduos dispostos e em condições para trocar. Quanto maior a extensão do mercado, maior o poder da troca e, por conseguinte, mais produtores isolados e independentes são convertidos em produtores isolados e dependentes uns dos outros. Gozam das habilidades de cada um, desde que satisfaçam as necessidades dos demais.

É importante destacar, por fim, que a interdição teórica de qualquer tentativa de pôr em cheque a produção capitalista – enquanto única forma de produção habilitada a atender crescentemente carências e necessidades humanas – é efetivada por Smith através do postulado da propensão humana à troca. Para recuperar a possibilidade de pôr em cheque a ordem social capitalista, deve-se proceder à crítica do uso de postulados para fundamentar uma teoria social. O que acaba por exigir um exame das pré-condições para se conhecer a sociedade e da particularidade de cada estágio social. Estão lançadas, portanto, as tarefas para uma discussão futura sobre o problema da naturalização.

Referências

- BHASKAR, Roy. **The Possibility of Naturalism: A Philosophical Critique of the Contemporary Human Sciences**. London: Routledge, 1998.
- BROADIE, Alexander. **The cambridge companion to the scottish enlightenment**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- CASSIRER, Ernst. **A filosofia do iluminismo**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.
- CERQUEIRA, Hugo. Para Ler Adam Smith: novas abordagens. *Síntese - Rev. de Filosofia*, v. 32, n. 103, 2005.
- _____. Adam Smith e seu contexto: o Iluminismo escocês. *Economia e Sociedade*, v. 15, n. 26, 2006.
- DUAYER, Mario. Marx, verdade e discurso. *Perspectiva* (Florianópolis: NUP/CED/UFSC), v.19, n.1, 2001.
- _____. Mercadoria e Trabalho Estranhado: Marx e a Crítica do Trabalho no Capitalismo. In: *IV Coloquio Internacional “Teoría Crítica y Marxismo Occidental”*. Buenos Aires, 23-24 de Agosto de 2010.
- GOLDMANN, Lucien. **Dialética e cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

- HAAKONSSSEN, Knud (ed.). **The Cambridge Companion to Adam Smith**. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2006.
- KENNEDY, Gavin (autor). **Adam Smith's lost legacy**. New York: Palgrave Macmillan, 2005.
- LUKÁCS, György. **Conversando com Lukács**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- _____. **Existencialismo ou Marxismo?** São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- _____. **As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem**. In: **O Jovem Marx e Outros Escritos de Filosofia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.
- MARX, Karl. **Elementos fundamentais para la crítica de la economía política: (Borrador) 1857-1858**. 2. ed. Mexico: Siglo Veintiuno, 1971. v. 1.
- _____. **Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico (livro 4 de O Capital)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- _____. **Introdução: para a crítica da economia política**. In: **Para Crítica da Economia Política; Salário, Preço e Lucro; O Rendimento e suas Fontes: a economia vulgar**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. p. 3-21
- _____. **O Capital: crítica à economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Livro I.
- _____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- _____. **O 18 de Brumário de Luis Bonaparte**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MONTES, Leônidas & SCHLIESSER, Eric (ed.). **New voices on Adam Smith**. London: Routledge, 2006.
- POSTONE, Moishe. **Tiempo, trabajo y dominación social: una reinterpretación de la teoría crítica de Marx**. Madri: Marcia Pons, 2006.
- RANIERI, Jesus. Apresentação: sobre os chamados Manuscritos econômico-filosóficos de Karl Marx. In: **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. p. 11-17
- RUBIN, Isaac Ilych. **A history of economic thought**. London: Pluto Press 1989.
- SCHUMPETER, Joseph Alois (autor). **História da análise econômica**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964. Volume I
- _____. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Nova Cultural, 1988. Volume I (a)
- _____. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Nova Cultural, 1988. Volume II (b)
- _____. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Nova Cultural, 1988. Volume III (c)
- _____. **Teoria dos sentimentos morais**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- WOOD, John Cunningham. **Adam Smith: critical assessments**. London: Routledge, 1984-1994. 7v.